



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL**  
**GABINETE DO DEPUTADO DELEGADO LEONAM PINHEIRO**  
Palácio Tavares Bastos  
Praça D. Pedro II, s/nº, Centro, Cep 57.020-900, Maceió-AL

Assembleia Legislativa de Alagoas



PROTOCOLO GERAL 2890/2024  
Data: 25/11/2024 - Horário: 11:40  
Legislativo

**PROJETO DE LEI Nº /2024**

**DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE UM PROGRAMA ESTADUAL DE CONSCIENTIZAÇÃO E COMBATE À OBSOLESCÊNCIA PROGRAMADA NO ESTADO DE ALAGOAS, COM O OBJETIVO DE PROTEGER O CONSUMIDOR E O MEIO AMBIENTE, PROMOVENDO A LONGEVIDADE DOS PRODUTOS E A REDUÇÃO DO DESPERDÍCIO.**

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS RESOLVE:**

**Art. 1º** Fica instituído o Programa Estadual de Conscientização e Combate à Obsolescência Programada, com a finalidade de:

I – Conscientizar os consumidores sobre os danos ambientais e sociais decorrentes da obsolescência programada;

II – Estimular a durabilidade dos produtos, a reutilização, o reparo e a reciclagem;

III – Promover ações para a redução do desperdício e do lixo eletrônico no Estado de Alagoas;

IV – Garantir os direitos do consumidor no contexto do consumo sustentável e consciente.

**Art. 2º** O Estado de Alagoas adotará medidas que incentivem a durabilidade e a reparabilidade de produtos de consumo, visando a redução do desperdício e a proteção do meio ambiente.

**Art. 3º** O Programa Estadual de Conscientização e Combate à Obsolescência Programada será implementado por meio de parcerias com a sociedade civil, fabricantes, entidades de defesa do consumidor e órgãos ambientais.

**Art. 4º** Para os fins desta Lei, considera-se:





**ESTADO DE ALAGOAS**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL**  
**GABINETE DO DEPUTADO DELEGADO LEONAM PINHEIRO**  
Palácio Tavares Bastos  
Praça D. Pedro II, s/nº, Centro, Cep 57.020-900, Maceió-AL

I – Obsolescência Programada: prática deliberada de projetar ou fabricar produtos com vida útil limitada, dificultando reparos ou atualizações, com o objetivo de incentivar a compra de novos produtos;

II – Lixo Eletrônico: resíduos originados de aparelhos tecnológicos, como celulares, computadores, televisores, eletrodomésticos, que são descartados prematuramente devido à obsolescência programada;

III – Economia Circular: modelo de produção e consumo que visa prolongar a vida útil dos produtos, promovendo a reutilização, o reparo e a reciclagem, ao invés de depender do descarte e da compra de novos produtos.

**Art. 5º** O Programa Estadual de Conscientização e Combate à Obsolescência Programada terá os seguintes objetivos:

I – Promover campanhas educativas sobre os impactos ambientais da obsolescência programada, destacando a importância da redução de resíduos e do consumo sustentável;

II – Estimular os fabricantes a desenvolverem produtos duráveis, reparáveis e que possam ser atualizados ao longo do tempo, respeitando o princípio da economia circular;

III – Promover a criação de centros de reciclagem de lixo eletrônico e incentivar a reutilização de componentes de produtos descartados, minimizando o impacto ambiental;

IV – Criar condições para a implementação de práticas sustentáveis na cadeia produtiva, favorecendo a troca de modelos lineares de consumo (produzir-usar-descartar) por modelos circulares, onde os produtos são usados, reparados e reciclados.

**Art. 6º** São direitos dos consumidores alagoanos:

I – Receber informações claras e transparentes sobre a vida útil dos produtos adquiridos, bem como sobre as condições de manutenção, reparo e atualização;

II – Ter acesso a manuais de reparo e manutenção dos produtos adquiridos, para garantir sua longevidade;

III – Acesso a peças de reposição, garantindo a reparabilidade e evitando o descarte precoce;





**ESTADO DE ALAGOAS**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL**  
**GABINETE DO DEPUTADO DELEGADO LEONAM PINHEIRO**  
Palácio Tavares Bastos  
Praça D. Pedro II, s/nº, Centro, Cep 57.020-900, Maceió-AL

IV – Garantia de reparo gratuito ou substituição de produtos que apresentem falhas prematuras, sem custos adicionais para os consumidores;

V – Receber compensação financeira ou outro tipo de indenização por danos ambientais causados pela obsolescência programada, como o descarte inadequado de resíduos tecnológicos.

**Art. 7º** O consumidor terá o direito de exigir a reparação ou o ajuste de produtos que apresentem falhas previsíveis, como a falha de componentes essenciais para a durabilidade do produto.

**Art. 8º** Fica a cargo dos fabricantes de produtos no Estado de Alagoas:

I – Projetar e fabricar produtos que sejam duráveis, reparáveis e atualizáveis, para promover o uso consciente e sustentável;

II – Fornecer informações claras e precisas sobre a vida útil, manutenção e possibilidades de reparo dos produtos comercializados;

III – Garantir a disponibilidade de peças de reposição para possibilitar reparos e evitar o descarte precoce;

IV – Implantar programas de recolhimento e reciclagem de produtos obsoletos, promovendo a redução do lixo eletrônico;

V – Oferecer suporte técnico contínuo para os produtos comercializados, incluindo atualizações regulares de software, quando aplicável.

**Art. 9º** A violação das disposições desta Lei sujeitará os infratores às seguintes sanções:

I – Multa, com valor a ser definido conforme a gravidade da infração e o impacto ambiental gerado;

II – Suspensão das atividades comerciais, quando o infrator não corrigir as falhas e impactos gerados pela obsolescência programada;

III – Obrigação de reparação ou substituição dos produtos afetados, sem custos adicionais para os consumidores;





**ESTADO DE ALAGOAS**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL**  
**GABINETE DO DEPUTADO DELEGADO LEONAM PINHEIRO**  
**Palácio Tavares Bastos**  
**Praça D. Pedro II, s/nº, Centro, Cep 57.020-900, Maceió-AL**

IV – Publicação de aviso público sobre a infração cometida e suas consequências ambientais e sociais;

V – Reversão de multas para um fundo estadual destinado ao fomento de práticas sustentáveis, à educação ambiental e ao financiamento de projetos de reciclagem e economia circular.

**Art. 10** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

**Art. 11** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões,

de

de 2024.

  
**Delegado Leonam**  
DEPUTADO ESTADUAL





**ESTADO DE ALAGOAS**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL**  
**GABINETE DO DEPUTADO DELEGADO LEONAM PINHEIRO**  
Palácio Tavares Bastos  
Praça D. Pedro II, s/nº, Centro, Cep 57.020-900, Maceió-AL

---

**JUSTIFICATIVA**

A obsolescência programada é um problema crescente que impacta diretamente os consumidores, o meio ambiente e a economia. Trata-se de uma prática adotada por muitas indústrias, especialmente no setor de tecnologia e eletrodomésticos, onde os produtos são deliberadamente projetados para se tornarem obsoletos ou falharem prematuramente, forçando os consumidores a adquirir novos produtos com frequência. Esse comportamento tem levado ao aumento significativo do desperdício, particularmente o lixo eletrônico, que possui um alto impacto ambiental.<sup>1</sup>

No contexto global, essa prática resulta não apenas em enormes volumes de resíduos, mas também na exploração excessiva de recursos naturais para a fabricação de novos produtos. Além disso, o descarte inadequado de resíduos tecnológicos tem levado à contaminação do solo e da água, contribuindo para o agravamento das mudanças climáticas. No Brasil, essa situação é igualmente alarmante, com a crescente geração de resíduos que impacta diretamente a saúde pública e o meio ambiente.

Este projeto de lei visa instituir o Programa Estadual de Conscientização e Combate à Obsolescência Programada, que tem como objetivo combater essa prática prejudicial, promover a educação ambiental e incentivar a adoção de uma economia circular, onde os produtos são projetados para durar mais, serem reparados e reciclados. Com a implementação deste programa, buscamos conscientizar os consumidores sobre o impacto da obsolescência programada em suas finanças e no meio ambiente, além de garantir que as empresas adotem práticas mais sustentáveis na fabricação de produtos.

A conscientização da população é fundamental para promover a mudança de comportamento e a transição para um modelo de consumo mais responsável. O projeto

---

<sup>1</sup> <https://exame.com/esg/obsolescencia-programada-o-que-e-e-quais-os-seus-impactos/> Acessado em 24 de novembro de 2024.





**ESTADO DE ALAGOAS**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL**  
**GABINETE DO DEPUTADO DELEGADO LEONAM PINHEIRO**  
**Palácio Tavares Bastos**  
**Praça D. Pedro II, s/nº, Centro, Cep 57.020-900, Maceió-AL**

também visa assegurar os direitos dos consumidores, garantindo o acesso à informações claras sobre a vida útil dos produtos, a disponibilidade de peças de reposição e o direito ao reparo de produtos que apresentem falhas prematuras. A obrigatoriedade de os fabricantes oferecerem produtos duráveis e reparáveis contribuirá para a redução do impacto ambiental, promovendo a sustentabilidade e o uso responsável dos recursos.

Ademais, a medida estabelece sanções para as empresas que continuem a adotar práticas prejudiciais à durabilidade dos produtos, forçando os consumidores a realizar compras excessivas. Tais sanções são necessárias para garantir que as empresas se comprometam efetivamente com a durabilidade e a sustentabilidade de seus produtos, beneficiando não apenas o consumidor, mas também o meio ambiente e a economia local.

Ao adotar políticas públicas que incentivem a reparabilidade, a transparência na informação e a reciclagem, o Estado de Alagoas se alinha às melhores práticas ambientais globais e assume um papel de liderança na construção de uma economia mais verde e justa. Este projeto visa, portanto, proteger os direitos dos consumidores, promover a preservação ambiental e estimular a inovação sustentável no setor produtivo.

Assim, ao aprovar esta Lei, Alagoas estará contribuindo para a construção de um futuro mais equilibrado e sustentável, com um impacto positivo para as gerações presentes e futuras.

Sala das sessões,      de      de 2024.

  
**Delegado Leonam**  
DEPUTADO ESTADUAL